



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2015
(Da Sr. Arnaldo Jordy)**

Solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre a apuração de denúncias de tráfico de influência no âmbito deste tribunal.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos artigos 70 e 71, II e VII da Constituição Federal que, ouvida a Mesa, sejam adotadas as providências para a Solicitação de Informações ao Tribunal de Contas da União – TCU acerca da apuração, pela Corregedoria daquela corte, de denúncias veiculadas pela imprensa segundo as quais os sócios do escritório Cedraz & Tourinho Dantas Advogados, cujo um dos titulares é o advogado Tiago Cedraz, filho do Ministro-Presidente daquele tribunal, Aroldo Cedraz, obtiveram acesso privilegiado a dados do Tribunal de Contas da União.

JUSTIFICAÇÃO

A Operação Lava-Jato da Polícia Federal tem revelado que a prática ilegal de uma pessoa se aproveitar de suas conexões com outras em posição de autoridade para obter favores ou benefícios para si ou terceiros tornou-se lugar “quase” comum na estrutura do Estado brasileiro.

A gravidade das denúncias que seguem, porém, causam inquietação pelo seu alcance.

Para a preocupação geral da sociedade brasileira, no dia dois de junho do corrente ano, o jornal O Globo, edição nº 29.884, página 6, noticiou que os sócios do escritório Cedraz & Tourinho Dantas Advogados, cujo um dos titulares é o advogado Tiago Cedraz, filho do Ministro-Presidente daquele



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tribunal, Aroldo Cedraz, foram acusados de obter acesso privilegiado a dados do Tribunal de Contas da União.

Tal acusação deu-se no contexto do acordo de delação premiada do empresário Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC Engenharia, que já foi indiciado pela Polícia Federal com base nas investigações da Operação Lava Jato pelo cometimento de pelo menos três crimes: lavagem de dinheiro, corrupção ativa e fraudes em licitações públicas.

Trata-se de denúncia grave e que precisa ser apurada com urgência pela Corregedoria daquela corte de contas.

Desta forma, no entendimento que cabe ao Congresso Nacional, por meio desta Câmara dos Deputados, no exercício de sua função fiscalizadora, acompanhar a inquirição de fatos que sejam de relevante interesse nacional – e o combate à corrupção é de grande interesse nacional -, solicito ao Presidente desta Casa que solicite ao Tribunal de Contas da União informações sobre quais foram, são ou serão as ações tomadas para evitar, investigar e impedir que as graves denúncias aqui relatadas maculem e coloquem à prova a confiança que a sociedade brasileira deposita naquela respeitada corte.

Sala das Sessões, em de junho de 2015.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA